

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal da Tarde Class.: Amazônia / ZEE
 Data 23/06/93 Pg.: 4 40

Amazônia: diagnóstico inútil.

Mais do que uma contribuição de peso para possibilitar a compatibilização entre desenvolvimento econômico e equilíbrio ecológico, o novo diagnóstico ambiental da Amazônia, preparado pelo IBGE por encomenda da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), não passa de uma fotografia amarelecida daquela região, feita a partir de documentos e imagens de satélite. Esse diagnóstico, apresentado com toda solenidade na semana passada, em Belém, está muito longe de corresponder às suas ambições. Trata-se na verdade de um instrumento inócuo e inoperante.

Há quase 20 anos, o Projeto Radam, orientado pela mesma preocupação, mapeou toda a Amazônia na escala 1/1.000.000, ou seja, com detalhes da ordem de um quilômetro. Apesar de sua enorme utilidade, continua pouco conhecido e subutilizado. O que o IBGE fez, gastando dinheiro do contribuinte, é apenas mais um retrato da Amazônia, com mapas e estudos mais genéricos (1/1.250.000) do que os realizados há 20 anos, embora o apresente como novidade.

Outro aspecto importante da questão é que constitui um erro imaginar que se possa propor um zoneamento único e genérico para a imensa região amazônica. Por isso mesmo, o **Programa Nossa Natureza** do governo Sarney previu em 1989, com recursos e prazos definidos, uma série de áreas e de temas prioritários para serem objetos de zoneamento ecológico-econômico a um custo inferior a US\$ 5 milhões e com prazos da ordem de dois anos. Esse Programa, além do zoneamento, apontou com detalhes os meios de instrumentos para desenvolver temas fundamentais como: proteção da cobertura vegetal; substâncias químicas e processos inadequados de mineração; estruturação de sistema de proteção ambiental; educação ambiental; pesquisa científica e tecnológica; proteção às comunidades indígenas e

populações ribeirinhas e extrativistas; sistema de prevenção e combate a incêndios florestais; o problema dos agrotóxicos etc.

Infelizmente, a ordenação territorial concebida no governo Sarney foi posta de lado no governo Collor. Também o atual governo não se preocupou em preservar o que há de positivo no **Programa Nossa Natureza**. O resultado é que hoje, quatro anos depois da divulgação daquele programa, a SAE fala em US\$ 100 milhões e prazos de seis a dez anos para mapear a Amazônia e — o que é pior — com uma metodologia totalmente equivocada. Nesse ritmo, quando a SAE concluir o seu zoneamento, a Amazônia poderá ter sofrido danos irreparáveis.

Na Amazônia, a ausência de ação, ou a demora em agir, sempre foi a pior das opções. O melhor exemplo disso é o da rodovia BR-364, que permitirá a saída para o Pacífico — não decidir não significa congelar a estrada. Em ritmo lento mas constante, prefeituras e empresas melhoram sua trafegabilidade, enquanto a área que ela atravessa vai sendo ocupada de forma desordenada. A cada ano, a ordenação territorial se torna mais cara e complicada ao longo de um traçado aberto sem estudos de impacto ambiental ou planejamento econômico.

Condenar uma determinada atividade econômica na Amazônia — a pecuária ou a mineração, por exemplo — é tão absurdo quanto defendê-la em qualquer parte e a qualquer custo. A ordenação territorial é capaz de indicar os melhores locais para cada atividade e as condições de seu exercício, sem que isso comprometa o equilíbrio ecológico. A exploração econômica da Amazônia é perfeitamente compatível com a preservação do meio ambiente, mas para isto é preciso que o governo adote providências mais sérias, consistentes — e rápidas — do que esse inócuo diagnóstico ambiental que acaba de apresentar.